D E C R E T A:

Art. 1º Ficam transformados os seguintes Cargos em Comissão e Função Gratificada na seguinte composição estrutural:

DE:			
CÓDIGO	CARGO	SÍMBOLO	SIGLA
14.1.9	Assessoria Técnica de Urbanização	CC-3	SUPJ.ATURB
14.1.8.1.1	Coordenação de Almoarifado	FG-2	SUPJ. COALM
PARA:			
CÓDIGO	CARGO	SÍMBOLO	SIGLA
6.2.2.11	Coordenação Técnica de Massoterapia	CT	SSA.CTMAS
14.1.8.2	Diretoria do Departamento de Almoarifado	FG-1	SUPJ.DEALM

Art. 2º Ficam estabelecidas as seguintes atribuições e competências para o Cargo em Comissão e Função Gratificada transformados no artigo anterior do presente Decreto:

COORDENAÇÃO TÉCNICA DE MASSOTERAPIA

Competência: Promover a saúde e o bem-estar, aliviando sintomas de dor e desconforto a fim de melhorar a qualidade de vida dos pacientes.

Atribuições:

1. Aplicar técnicas de massagem terapêutica para promover a saúde e bem estar;
2. Reduzir tensões musculares e emocionais;
3. Aliviar dores e desconfortos;
4. Melhorar a circulação sanguíneas e linfática;
5. Promover relaxamento e redução do estresse;
6. Desenvolver planos de tratamento personalizados;
7. Trabalhar em equipe com outros profissionais de saúde;
- 8.. Manter registro preciso dos tratamentos realizados.

DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ALMOXARIFADO

1. Acompanhar todo o recebimento de materiais em conjunto com a Coordenação Técnica;
2. Acompanhar e promover a guarda dos materiais recebidos, acondicionando-os de forma adequada em seus respectivos espaços;
3. Fazer a distribuição dos materiais de acordo com as solicitações prévias superiores;
4. Manter registros de todas as movimentações de materiais, de entrada e saída, bem como de seu custo;
5. Emitir relatórios periódicos de suas atividades e balancetes mensais de estoque;
6. Emitir avisos de necessidade de reposição de materiais, objetivando a sua compra de forma a não ter descontinuidade nos serviços executados por falta de materiais;
7. Auxiliar na elaboração de pedidos de compras de materiais e serviços, através de registro de preços ou de outras formas permitidas pela legislação em vigor;
8. E outras atividades afins.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS,

25 DE ABRIL DE 2025.

CLÁUDIO DE LIMA SÍRIO

PREFEITO

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO GESTOR**ATA DA REUNIÃO PARA ANÁLISE DE VIABILIDADE E INTERESSE PÚBLICO NA MIP APRESENTADA PARA INSTITUIÇÃO DE REDE MUNICIPAL DE AERONAVES NÃO TRIPULADAS DE ANGRA DOS REIS.**

Às 09:00 horas, do dia 10 do mês de abril do ano de 2025 na Secretaria de Planejamento e Gestão, estabelecida nesta cidade, reuniram-se membros do Conselho Gestor de Parcerias Público Privadas: André Luís Gomes Amazonas Pimenta, Vi-

tor Henrique Padilha Simões de Souza e Flávio Henrique de Sá, com o objetivo de avaliar a Manifestação de Interesse Privado - MIP apresentada pelo **CONSÓRCIO DRONEPORTOS DO BRASIL**.

Observa-se que o objetivo é a apresentação de projetos, levantamentos, investigações e estudos, sem ônus ao Município, com a finalidade de subsidiar, nos aspectos técnicos, operacionais, econômico-financeiros e jurídico-institucionais, a modelagem e estruturação de projeto destinado à realização de investimentos e à prestação de serviços especializados para implantação, manutenção e exploração de drones através de Rede Municipal de Aeronaves Não Tripuladas de Angra dos Reis/RJ.

Como é cediço, a capacidade de investimento da administração municipal está cada vez mais comprometida com a saúde, segurança e educação dos munícipes, assim, torna-se imperativo a busca para desenvolvimento da cidade por meios inovadores que não impliquem custos adicionais para administração.

Pelo exposto, o Conselho gestor de Parceria Público Privada-CGPPP autoriza a abertura do Procedimento de Manifestação de Interesse - PMI com o objetivo de obter levantamentos, estudos técnicos e projetos visando a estruturação de um modelo técnico, econômico-financeiro e jurídico para a viabilização da Rede Municipal de Aeronaves Não tripuladas de Angra dos Reis, nos termos do Art. 2º, parágrafo único do Decreto Municipal nº 10.685/2017.

Para tanto, cabe a secretaria de Planejamento e Gestão trazer diretrizes e necessidades do município, que deverão ser cumpridas pelos proponentes em seus estudos, assim como fornecer as especificações técnicas da atual estrutura da Prefeitura com o objetivo de ser confeccionado o Edital de Chamamento Público.

MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS,

10 DE ABRIL DE 2025.

ANDRÉ LUIS GOMES AMAZONAS PIMENTA

SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

VITOR HENRIQUE PADILHA SIMÕES DE SOUZA

SECRETÁRIO DE ARTICULAÇÃO GOVERNAMENTAL

FLÁVIO HENRIQUE DE SÁ

SECRETÁRIO DE FINANÇAS

CONSELHO MUNICIPAL DE URBANISMO **E MEIO AMBIENTE - CMUMA**

EDITAL Nº 001/2025

Edital de chamamento público de representantes da sociedade civil para composição DO CONSELHO MUNICIPAL DE URBANISMO E MEIO AMBIENTE – CMUMA, de acordo com Lei nº 4.121 de 06 de Setembro de 2022

As atribuições legais, de acordo com Lei 10257 de 10 de julho de 2001 de que trata no Art. 2º, inciso II, sobre gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano, torna público, para conhecimento dos interessados, o presente edital de chamamento para eleição de representantes da sociedade civil que integrarão o **CONSELHO MUNICIPAL DE URBANISMO E MEIO AMBIENTE - CMUMA**, para o biênio **2025/2027**, cujas normas são regidas no presente edital.

I. DAS VAGAS

Art. 1º A constituição do Conselho será formada por representantes setoriais, totalizando 12 (doze) representantes, distribuídos na forma abaixo:

- a) 01 (um) representante das entidades de classe – arquiteto;
- b) 01 (um) representante das entidades de classe – engenheiro;
- c) 04 (quatro) representantes das Associações de Moradores, sendo um representante por localidade distrital;
- d) 01 (um) representante de Entidade do segmento Comercial;
- e) 01 (um) representante de Entidade do segmento Rural;
- f) 01 (um) representante de Entidade do segmento Sindical;
- g) 01 (um) representante de Entidade do segmento Turístico;
- h) 01 (um) representante de Entidade do segmento Pesqueiro;
- i) 01 (um) representante de Entidade Ambientalista.

Parágrafo Único: Totalizando 24 (vinte e quatro) membros, sendo 12 (doze) membros titulares e 12 (doze) seus respectivos suplentes.

II. DO CREDENCIAMENTO

Art. 2º – O pedido de credenciamento dos representantes deverá ser realizado na sede do Instituto Municipal do Ambiente (Rua do Comércio, nº 17, Centro, Angra dos Reis) ou mediante o envio dos documentos em formato pdf para o email imaar.aplut@angra.rj.gov.br, entre os dias 25 de Abril de 2025 à 12 de Maio de 2025, das 10h às 16h.